



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 27.03.2024

INÍCIO: 15h55min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

SRA. DRA. TAÍSSA

SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais. Aos dias 27 de março de 2024, no Plenarinho 2 da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata. Ela é bem extensa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata.

Gostaria de fazer uns agradecimentos aos nobres deputados. À Excelentíssima Senhora Deputada Drª Taíssa, nosso muito obrigado; Deputado Cirone Deiró, nosso muito obrigado; Deputado Delegado Lucas e também o nosso Deputado Pedro Fernandes.

Quero agradecer também ao Excelentíssimo Senhor Doutor Doca, João dos Santos, mas para todos nós, não sei se incorporou já o nome, mas é Doutor Doca.

Neste momento eu vou franquear a palavra aos deputados, mas antes, porém, passar a palavra ao Doutor Doca que vai fazer um resumo dos trabalhos a serem apresentados.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Boa tarde a todos os presentes, senhores deputados.

Deputado, nós chegamos em um estágio do processo em que nós precisamos acelerá-lo muito. Eu vou trazer informação, inclusive, que o prazo regimental de funcionamento da CPI, se não alterarmos ele, adequando mais ou menos como funciona na Câmara dos Deputados ou de outra maneira, esses serão os últimos 30 dias... ainda não? Ah, perfeito. Porque o Regimento, nós fomos alertados que estaria para terminar o prazo. Mas, ainda assim, a CPI precisa caminhar porque tem muita gente com expectativa do resultado da Comissão.

Então, o que eu deduzi, sugeri e conversei com a equipe técnica dos colegas deputados que compõem a CPI? Nós sabemos que quando nós temos um processo, um processo como esse, é um inquérito que se trata de um processo de investigação. Mas, quando eu tenho um processo que tenho várias intervenções de documentos e de atos praticados, chega um momento no processo que a gente chama no âmbito judiciário de "saneamento do processo". O juiz chama o feito à ordem e saneia ele. Porque tem requerimento de uma parte, requerimento de outra e ele estabiliza aquele processo e faz o saneamento dele.

Eu quero compreender que chegou o tempo de nós fazermos esse saneamento no processo da CPI. Por que digo isso? Porque nós temos requerimentos aprovados para contratação de um técnico na área de carbono, que não foi levado a efeito; nós temos dois processos de investigação aqui de Projeto REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) em unidade de conservação do Estado, em que o Estado atua apenas como interveniente.

Então, por que ocorreu essa inclusão dos carbonos na investigação da criação das unidades de conservação? Porque nós recebemos no gabinete do deputado, informações de que a contratação da empresa para explorar esses Projetos REDD, nessas unidades estaduais, teriam defeitos na contratação e que os valores praticados no mercado de carbono, considerando que o Estado atua apenas como interveniente e não sobra nenhuma parcela de dividendos para o Estado, essa parcela mínima estaria muito aquém do mercado praticado no Brasil e fora do Brasil. Daí porque nós incluimos esses dois processos de carbono.

Só que a CPI não andou em relação a isso, porque nós precisamos de técnico que tenha um conhecimento de como funcionam os preços praticados, a extração disso para averiguar o contrato.

A boa notícia é que o Estado, de ofício, já cancelou um desses contratos. O contrato com a Permiam, o Estado -, como pode rever seus atos a qualquer tempo -, instaurou um processo administrativo, e, diante dos diversos vícios, que são assim muito claros, o Estado já cancelou.

Evidentemente, a empresa que tem a concessão da exploração, ela vai buscar, via judicial, reverter.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu acho que... Não tenho essa informação com precisão, mas acho que já derrubou esse contrato aí, que foi feito pelo Estado, viu? Tenho essa informação, não formalmente, mas acho que sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Pois, então. Mais um motivo ainda para sanarmos o processo. Porque a

decisão primeira, ele conseguiu uma liminar porque o destrato teria sido feito unilateral.

Mas aí, apresentaram a defesa, e houve uma nova decisão, recente, agora.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ah, sim, a nova decisão. Ah, tá. Eu só sabia da primeira.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Exatamente. Mas é interessante. É um processo que a gente está dando o acompanhamento.

E no tempo da construção do Requerimento da CPI, nós evidenciamos apenas que fosse instaurada a investigação; elencamos os dois processos, todavia, a gente concluiu que os dois seriam da Permiam. Teriam a Permiam como parte nesse processo. E nós observamos aqui que um desses processos é de uma terceira empresa do Estado de São Paulo, que é a Biofílica, que é relativo à Unidade de Conservação Rio Preto Jacundá.

Nós já temos os dois processos em mãos, porque os Requerimentos que foram feitos, foram pelo número do processo SEI. Então, senhores, o que eu sugeriria: que nós também, para acelerar isso aqui, eu sei que a agenda dos deputados é demasiadamente lotada, mas que pudéssemos acelerar essa questão da oitiva das pessoas.

E nesse saneamento que a gente está propondo aqui com a equipe técnica e, posteriormente, antecipadamente sentar com os senhores, já definir que tenha alguma dessas unidades, Deputado Cirone Deiró e Presidente Deputado Alex Redano, que não existe a necessidade se ouvir. Porque não tem o que se questionar em algumas delas, não é? Não é verdade?

Agora, nós podemos ouvir, por exemplo, Rio Machado. Rapaz, as pessoas estão lá dentro do mato, uma distância enorme para vir. Então, tem que ser uma data certa para ouvir. A Comissão, daquela última reunião que nós tivemos, ano passado, nós estamos nos reunindo agora. Evidentemente que a agenda dos senhores é muito, muito, muito cheia.

E o que eu estava a sugerir? Que nós readequássemos, redefiníssemos o número de oitivas: ou um dia, ou dois dias seguidos, para ver se a gente consegue ouvir isso aqui até o meio do ano. Se não concluir a CPI, pelo menos caminhar, deputado. É a sugestão de ordem técnica, porque a agenda dos senhores são os senhores que têm conhecimento dela.

Deputado, então, para concluir: nós precisaríamos aqui aprovar, Senhor Secretário, um Requerimento determinando o saneamento do processo e, inclusive, para evitar qualquer nulidade, inserir claramente também nos termos da CPI, porque nós temos um dispositivo que também seria investigado aquilo que no decorrer das investigações se apresentasse necessário.

E observamos aqui que está apenas a Permiam, mas que a Biofílica, que também faz parte de um desses processos, para que tenha publicidade, e, posteriormente em uma eventual decisão recomendatória levada a efeito, lá, posteriormente no relatório, não venham a arguir a nulidade porque falta conhecimento.

E depois nós teríamos que decidir essa questão da contratação de um técnico especialista para nos acompanhar e emitir um juízo de valor quanto a esses contratos de REDD. Certo?

Seriam essas as considerações iniciais e eu estou aberto, depois, a qualquer esclarecimento necessário.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concordo com o Doutor Doca. A agenda dos deputados é muito extensa. Esse ano tem as questões da eleição, que também todos nós acabamos, de uma certa forma, envolvidos nas nominatas. Então, esse ano é um ano atípico. E muitos municípios requisitando a presença dos deputados. Eu acompanho, principalmente, devido às redes sociais, eu vejo os deputados, o Deputado Pedro está em Vilhena, em Guajará; a Deputada Dr^a Taíssa, já em Cacoal; o Deputado Cirone, de Cacoal, em Buritis; o Deputado Delegado Lucas, andando todo o Estado.

Então, é compreensivo que às vezes tenha uma certa dificuldade, mas eu creio que essa ideia de a gente fazer aí, pegar um dia e otimizar, um dia ou dois dias para termos uma celeridade maior.

Eu recebo mensagem praticamente todos os dias de várias pessoas que estão nessa situação de reservas. E a esperança é a CPI, gente. Então, nós precisamos acelerar, porque após o relatório da CPI é que provavelmente vai desencadear em ações judiciais. E quem vai decidir mesmo - não é, Doutor Doca? - é a Justiça. Mas, esse relatório vai pautar várias situações que, com certeza, serão favoráveis aos participantes, aos envolvidos, as pessoas que estão nessas regiões. Então, quanto mais celeridade tivermos, melhor.

Está franqueada a palavra aos companheiros deputados. Franquear primeiro ao deputado que está de forma remota. Eu não sei se nos ouve agora, neste momento, Deputado Delegado Lucas. Passo a palavra ao nobre Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presidente Deputado Alex, cumprimentar o senhor, Presidente Deputado Alex Redano.

Cumprimentar a Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Pedro Fernandes. Cumprimentar aqui o Doutor Doca. E eu acho que o Doutor Doca fez uma colocação importante.

Acredito que nós poderíamos deixar passar essa semana agora, que nós vamos ter o fechamento de nominatas nos municípios, e a gente poderia fazer uma força tarefa para ouvir todas essas oitivas que a gente tem para fazer ainda em relação às reservas. E a nossa equipe de apoio aqui da CPI ver quais são as nossas pendências dessas contratações para a gente marcar uma reunião com o Presidente, deliberar com ele, já tomar essas atitudes e fazer com que sejam feitas essas contratações para nós darmos uma celeridade nessas ações da CPI, entendeu? Para a gente ver se até o meio do ano, porque depois, se a gente deixar passar muito tempo, depois do meio do ano começam as eleições municipais e aí a coisa vai se perder.

Então, eu sou de acordo de a gente fazer uma força tarefa depois da semana que vem e já falar com o Presidente, ver quem tem que contratar, fazer os técnicos que são necessários e a gente já resumir para a gente dar um ponto final nessa CPI, trazer um resultado de todas as oitivas, do levantamento dos técnicos, tudo que foi apurado nessa CPI a gente trazer um resultado final, seja ele de qualquer, qual que seja o resultado, mas trazer esse resultado final. Então, sou de acordo de a gente fazer essa força tarefa, igual sugerido pelo Doutor Doca.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Questão de Ordem, Presidente. Queria pedir a sugestão do nosso técnico aqui, o Doutor Doca. Nós vamos fazer uma Audiência Pública referente à Reserva Soldado da Borracha dia 17 de abril, já foi pela Comissão de Meio Ambiente, já passei, às 18 horas.

Seria possível a gente levar a CPI lá para ouvir ou seria ilegal? Eu gostaria de saber a opinião do senhor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Aproveitar, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Deputado, não teria nada de ilegal. Só que a Audiência Pública, nós vamos discutir com uma amplitude lá muito maior. E aqui nós cuidamos do inquérito, que nós vimos com um questionário de perguntas, de indagações para esclarecimento do processo totalmente sucinto e diferente, não é?

É como eu disse, em um processo dessa natureza nós nunca vamos eximir as pessoas de expressarem o seu descontentamento, a sua mágoa, tudo. E já no processo, desse processo, a gente precisa extrair o dado certo disso e daquilo. E o número também de oitivas será apenas uma amostragem de três ou quatro, conforme foi entabulado logo no início. Eu não apreendo que seria um bom momento, porque aí teríamos que estar com nosso pessoal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Entendi. Mas, uma sugestão da CPI lá, com os técnicos, o senhor ir lá para acompanhar a Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu acho que nós vamos para lá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, perfeitamente. Todo o aparato da Audiência Pública pode ser trazido e incorporado aqui.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Para ela ser ouvida, para membros da CPI lá ouvir e o senhor também, como técnico, estar dando o suporte. Fica convidado aqui através dessa, com Requerimento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Perfeitamente. Sim. Perfeitamente. Mas, a oitiva nós deixamos para um evento próprio.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não. A oitiva, sim. Eu falo, assim, para acompanhar a Audiência.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Perfeito.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Porque trata também de uma área que também faz parte desta CPI, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Perfeitamente. Eu vou até fazer um adendo, que agora, dia 21, o governo federal criou mais duas unidades de conservações no Estado do Pará, ali em umas áreas de mangue e outras coisas. E é incrível que pareça, o governo federal respeita a lei. Fez aqui, indicou a desapropriação e a indenização das pessoas com propriedade e tudo, e nosso Governo do Estado vai lá e

invade, torna nulo os Títulos das pessoas sem esse devido processo legal que acabaram de criar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu penso da mesma forma. Nós da CPI, presentes nessa grande Audiência, inclusive, não sei se cabe um Requerimento de autoria do Deputado Pedro Fernandes, pedindo a estrutura da CPI também, dos técnicos também, todos, para audiência on-line, para o Estado inteiro poder assistir, não é?

Porque queira ou não, essa situação da Audiência do Soldado da Borracha, mesmo que não seja uma audiência da CPI, ela é interligada com a CPI. E eu penso que nesse momento as pessoas vão fazer um desabafo também, a questão política e tal, acho que foge um pouquinho da tecnicidade, mas é importante a nossa presença.

Passo a palavra à Excelentíssima Senhora Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde a todos, a todos os internautas que nos acompanham. Boa tarde ao nosso Presidente; é extremamente importante o trabalho que a gente desempenha aqui na CPI; ao Deputado Pedro Fernandes; ao Deputado Cirone Deiró que hoje, na palestra de empreendedorismo, demonstrou todo o conhecimento do Estado de Rondônia e toda a sua desenvoltura na questão de empreendedorismo.

E gostaria de mandar um abraço enorme e agradecer, e aproveitar o ensejo, para agradecer a todos os servidores da Casa que estão aqui nos acompanhando e fazendo com que, através do trabalho de vocês, a gente consiga fazer a nossa

prestação jurisdicional. Aproveitar para agradecer a todos que nos acompanham aqui presencialmente.

E a pontuação, Doutor Doca, é extremamente importante porque a gente sabe do anseio das pessoas em relação a essas Reservas. Hoje mesmo, recebendo várias mensagens aqui. Nós somos uma região - ali da minha região de Guajará-Mirim, do Umirizal; toda aquela região ali bem complexa -, as pessoas, com certeza, estão nos acompanhando pela internet. E a gente sabe o quanto as pessoas sofrem sem a propriedade rural e com a dificuldade dessa situação das Reservas.

Mas, eu queria fazer um alerta, que eu recebi recentemente, ali da Reserva da área de Margarida, que vai para o Rio Pacaás Novos, que tem uma Minuta hoje na Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) de um Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão florestal das Unidades de Conservação do Estado de Rondônia.

E no artigo 2º, no parágrafo 8º, fala a seguinte coisa: as áreas privadas inseridas dentro das Unidades de Conservação poderão ser inclusas na concessão florestal por meio de doação com encargo ao poder concedente, estabelecidos os requisitos e condições do contrato de doação com encargo, decorrente de direito de garantia de propriedade adquirido antes da criação das Unidades de Conservação.

Ou seja, o parágrafo 8º tira todo o poder das Unidades de Conservação, até de questão de carbono e de qualquer situação de poder se manifestar. E a minha região ali de Margarida, fez esse seguinte questionamento: "Deputada, nós não vamos ser chamados para o debate?"

E a tua colocação foi muito importante. Se o governo federal, que é um ente tão distante, que é um ente que não está mais distante da comunidade, consegue respeitar as indenizações, consegue respeitar o que já foi estabelecido

para dar segurança jurídica para as pessoas, nós a nível estadual, precisamos saber de forma antecipada dessas Minutas.

Haja vista, que se as pessoas das Unidades de Conservação - como ali da minha região, como da região de Cujubim, como da região de Ariquemes, Cacoal -, não serem chamados para esse debate, automaticamente, a gente cria uma insegurança jurídica para a comunidade local, e bem como ainda, podendo prejudicar as Unidades de Conservação, de forma, assim, enorme.

Então, já fica a minha manifestação sobre isso. Eu aproveito para fazer um requerimento para essa...eu sei que nós estamos falando aqui de CPI, mas essa situação pode perder o objeto da nossa própria CPI, porque isso é uma regulamentação estadual vinda pela Sedam, e senão a gente, vou usar um termo popular: a gente nada, nada, nada e morre na praia. Porque, por mais que seja judicializada, se tiver uma determinação legislativa que vai tratar de Unidade de Conservação, de Reserva e de outras coisas mais, automaticamente pode ser que prejudique.

Então, gostaria de aproveitar, de fazer um Requerimento para a Sedam. Se essa Minuta de projeto, que a gente pode anexar, se realmente está em tramitação e se está em tramitação, em qual momento vai chamar a Assembleia Legislativa para o debate, haja vista, que a minha comunidade está extremamente preocupada com isso aqui, podendo prejudicar todas as Unidades de Conservação, haja vista, colocar tudo no mesmo bolo como concessão florestal. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito bom, Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Sim, perfeito. Inclusive, no Requerimento que vai ser emanado do secretário da CPI. Nesse saneamento do processo nós já havíamos pensado e sugerido de encaminharmos, inclusive, Proposta de Emenda à Constituição, dado a observância dos desmandos ocorridos e comprovados.

Evidentemente, tudo após uma recomendação muito bem elaborada, juntamente com a nota técnica, para preservar esses direitos nos dispositivos da Constituição que aí você veda toda e qualquer... de garantia de direito já violados anteriormente.

Porque, vejamos aqui, a Unidade de Conservação Federal criada no Pará que eu reportei agora há pouco: "O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput e poderá, para fins de emissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941."

Quer dizer, aqui eles estão respeitando um Decreto de 1941 que cuida das desapropriações pra utilidade pública. Isso que deveria ter sido feito com o Soldado da Borracha, o Umirizal, que não foi observado. Mas, foi muito bem observado pela deputada. Vamos cuidar disso aí.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Questão de ordem, só um minuto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Questão de ordem, concedida.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos precisar aprovar um Requerimento para incluir essa empresa Biofílica no processo?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - O processo dela já está conosco. Foi requerido. Só que nós requeremos pelo número do processo, porque essa informação foi de uma denúncia que o gabinete do Deputado Alex Redano recebeu. Nós incluimos no processo de investigação das unidades de conservação essas duas explorações de projeto de carbono, que a contratação estava eivada de vícios e também os valores destinado às comunidades, e o Estado não ter nenhum retorno, atuar apenas como interveniente desses contratos, foi o que ensejou a gente inclui junto.

Só que incluimos só com a nomenclatura da Permiam. E o processo um é da Permiam, o processo dois é da Biofílica. Também há uma outra empresa com nome até multinacional, não sei a origem, mas não averigui a fundo, se é nenhuma multinacional ou não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então dá de correr em apenso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, vamos requerer a inclusão.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Requerer apenas que se destaca a nomenclatura e passe a figurar quando se convoca a CPI, as onze unidades de conservação, investigam os contratos de carbono da Permiam e da Biofílica com o nome todo completo da razão social descrita aí, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está joia, entendido.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passamos agora a palavra ao Deputado Pedro Fernandes para a leitura e a aprovação dos Requerimentos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - O deputado que tiver algum esclarecimento ao Requerimento estou à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Pode ser verbal, pode ser. Desculpa, deputado. Com a palavra, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos para os Requerimentos. Vamos fazer todos os Requerimentos e aprová-los em bloco. Pode ser, Presidente?

Então, primeiro Requerimento solicitando a inclusão da empresa Biofílica, referente ao processo do SEI nº 0028484937/2019-36, que figura como executor do projeto de REDD na Unidade de Conservação Rio Preto e Jacundá, como objeto dessa CPI.

Segundo Requerimento, autorização para realização do saneamento do processo da CPI o qual deve deverá indicar a atualização do roteiro a ser desenvolvido, desentranhamento de anexos que não guardam relação com o objeto investigado, recomendações e eventuais proposituras normativas.

Terceiro Requerimento, quero requerer um convite à equipe técnica da CPI para fazer uma reunião da Comissão da CPI e uma Audiência Pública que foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, a qual eu presido, para o dia 17 de abril, às 18 horas, no Município de Cujubim, que vai tratar sobre a Unidade de Conservação Soldado da Borracha.

Tem o Requerimento da Deputada Dr^a Taíssa sobre a Minuta ou vai protelar ele agora?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deputado Pedro, tendo em vista que eu concordo com o Doutor Doca para a gente sanear o processo e não tumultuar, eu vou fazer o Requerimento direto pelo meu gabinete. Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, temos três Requerimentos. Tem mais algum para ser proposto pela equipe técnica, Doutor Doca ou Deputado Alex?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu não, mas está em aberto a todos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, deputado. O que teríamos aí era discutir, mas de forma minudente, um realinhamento das oitivas. Mas isso, no saneador, a gente vai ver, por quê? Porque lá nós podemos até nos deparar com algumas unidades que seja até desnecessária a oitiva delas e, quando esse saneador vier, ele já vem com o elenco de pessoas que serão ouvidas e tudo. E a equipe técnica, inclusive já convoquei a sua assessoria, a da Deputada Dr^a Taíssa e a dos demais...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Do Deputado Lucas, do Deputado Cirone...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Do Deputado Lucas, do Deputado Cirone, para a gente fazer aqui um mutirão para fazer esse saneador aqui rápido e, na próxima reunião, a gente já ter o elenco das pessoas, todos os Requerimentos para serem aprovados de forma...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Esse processo saneador vai resolver aí, vai criar um novo organograma? Vai construir um novo alinhamento?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Exatamente. Conforme o deputado, lembra, nós aprovamos um plano de trabalho no início, mas, com o decorrer do tempo, oitivas, documentos, instrumentalização, nós acostamos aí, por exemplo, documentos que não têm nenhuma relação da ASPRURIV, pessoas que... Nós juntamos, mas a gente não deu andamento. Mas, esses processos aí, esses documentos, nós podemos desentranhar, porque não vão ter valia nenhuma para o resultado do relatório.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Entendido. Vamos, então, passar a palavra ao Presidente para pôr em votação e apreciação os três Requerimentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Neste momento, coloco em discussão e apreciação os Requerimentos ora lidos. Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação.

O Deputado Delegado Lucas está on-line? Não?

O Deputado Pedro Fernandes como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O nobre Deputado Cirone Deiró como vota?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Voto "sim", Excelência.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Excelentíssima Senhora Deputada Dr^a Taíssa, como vota?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim", Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim".

Ficam aprovados os três Requerimentos.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sem mais matérias. E aí, Presidente, quero deixar aqui um convite a todos os nossos nobres deputados, a todas as pessoas interessadas

nesta Audiência Pública, que será dia 17 de abril, às 18 horas, foi proposta por mim e pela Comissão de Meio Ambiente. Todos os deputados aqui desta Casa preocupados com essa situação de insegurança jurídica naquela localidade, muita apreensão da população, e temos o apoio desta Casa nesta Audiência.

Quero aqui também falar que o Deputado Federal Lebrão vai estar participando junto conosco e todos os deputados estão convidados a participar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito bacana. É importantíssima a nossa presença. Será uma quarta-feira, às 18 horas, em Cujubim, dia 17 de abril. Vai ser muito importante, todos os técnicos, todos os deputados.

E quero parabenizar o Deputado Pedro Fernandes por essa iniciativa. Parabéns, deputado.

Franqueada a palavra, neste momento, à Excelentíssima Senhora Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Primeiramente eu quero parabenizar o Deputado Pedro Fernandes, porque através das Audiências Públicas a gente consegue mapear e, principalmente, coletar os depoimentos locais e levantar aquela demanda de uma forma clara e mostrar as dores da população.

Então, não poderia deixar de te parabenizar pela iniciativa. Nós militamos bastante ali juntos na Comissão de Meio Ambiente. E vou lá para te prestigiar, meu amigo. Porque, na sua região, eu sei das dificuldades que você tem, como eu tenho na minha região ali de Guajará, Nova Mamoré, Ponta do Abunã. E eu não poderia deixar de te parabenizar.

E você pode ter certeza que irei lá para te prestigiar e poder colaborar da melhor forma possível, haja vista que uma luta sua é nossa. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É uma oportunidade também de nós, da CPI, aproveitarmos a grande massa presente nessa Audiência, que eu tenho certeza que será um grande sucesso de público também para podermos esclarecer os andamentos da CPI, passo a passo. Então, é uma oportunidade muito importante.

Meus amigos, mais algum deputado gostaria de usar a palavra? Não havendo encerrarei.

Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente reunião da CPI das Reservas. Muito obrigado pela presença de todos.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 30 minutos)

(Sem revisão dos oradores)